



ESPECIAL



REFORMAS para mudar o Brasil

NESTA EDIÇÃO ESPECIAL, CONHEÇA MAIS SOBRE AS MEDIDAS PROPOSTAS PELO PRESIDENTE LULA E OS 27 GOVERNADORES AO CONGRESSO COM O OBJETIVO DE LEVAR AO CRESCIMENTO DA ECONOMIA E À INCLUSÃO SOCIAL



A REALIDADE DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

	Setor público (União, Estados e municípios)	Setor privado (INSS)
Quantos são os aposentados e pensionistas?	3,2 milhões	17,5 milhões
Quanto custou a Previdência em 2002?	R\$ 61 bilhões	R\$ 88 bilhões
Os trabalhadores e empregadores contribuíram com quanto?	R\$ 22 bilhões (36% do total)	R\$ 71 bilhões (81% do total)
Quanto o Poder Público gastou para complementar o pagamento?	R\$ 39 bilhões (64% do total)	R\$ 17 bilhões (19% do total)
Qual o gasto médio mensal do governo por trabalhador?	R\$ 938	R\$ 69
Qual a média dos benefícios?*	R\$ 2.272 (civis do Executivo federal), R\$ 7.900,00 (Legislativo federal), R\$ 12.751,00 (Ministério Público federal)	R\$ 374,89
Com quanto os empregadores contribuem?	R\$ 2 para cada R\$ 1 dado pelos servidores	22%, em média, sobre a folha de pagamento

Fonte: Ministério da Previdência Social * Com base em dados de dezembro de 2001 a novembro de 2002

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os 27 governadores brasileiros entregaram no final de abril, ao Congresso, as propostas de reforma da Previdência e tributária. São duas das principais medidas para promover as mudanças de que o país precisa para levar ao crescimento econômico sustentado, com distribuição de renda, geração de empregos e justiça social.

As propostas já estão em discussão na Câmara dos Deputados e a previsão é de que sejam votadas em breve. Das duas reformas, a que mais chama a atenção é a da Previdência, cujo objetivo é dar início à unificação de regras de Previdência para trabalhadores da iniciativa privada e para servidores públicos. Mas a reforma tributária também terá impactos significativos.

A reforma da Previdência é uma questão de justiça e inclusão social. Neste sentido, uma das principais medidas é a elevação do teto das aposentadorias do setor privado dos atuais R\$ 1.561,56 para R\$ 2.400,00 — um reajuste de quase 54%.

Já a desoneração das folhas de pagamento das empresas, uma consequência da reforma tributária, deve possibilitar a contratação de mão-de-obra pelo setor privado, permitindo a adesão de milhões de trabalhadores ao sistema previdenciário — hoje são cerca de 41 milhões de pessoas sem qualquer tipo de proteção social, incluindo trabalhadores de todas as idades.

Equiparações

Além disso, a reforma da Previdência pretende corrigir a grande disparidade existente entre a aposentadoria dos trabalhadores do setor privado — a do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) — e dos servidores públicos dos três níveis de governo, a fim de assegurar sistemas sustentáveis no futuro. Hoje, ambos arrecadam menos do que gastam com o pagamento de benefícios.

No INSS, entretanto, o sistema tem forte caráter distributivo, assegurando ao menos um salário mínimo a dois terços de seus beneficiários. Em 2002, esse sistema precisou de R\$ 17 bilhões para fechar suas contas. Já o regime de previdência do setor público precisou de R\$ 39 bilhões do orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios para cobrir os seus gastos no ano passado.

No INSS, há atualmente 21 milhões de beneficiários, sendo que 13 milhões recebem apenas um salário mínimo de aposentadoria (R\$ 240,00) — na média de todos os segurados, o valor é um pouco maior de R\$ 374,89, segundo dados do Ministério da Previdência e Assistência Social. A idade mínima para aposentar é de 53 anos para os homens e 48 anos para as mulheres, exigindo-se um tempo mínimo de contribuição. Na aposentadoria por idade, que é a grande maioria no caso do INSS, exige-se 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres.

No setor público, a situação varia. Na esfera federal, por exemplo, são apenas 952 mil aposentados, que recebem valores diferenciados — há caso em que o valor chega a R\$ 31.000 brutos (sem os descontos). No Executivo, a média das aposentadorias é de R\$ 2.272 para os civis, que são a imensa maioria dos servidores, e de R\$ 4.265 para os militares; no Legislativo, R\$ 7.900; no Judiciário, R\$ 8.027; no Ministério Público Federal, R\$ 12.751. Pelas regras atuais, a idade mínima para aposentar é de 53 anos para os homens e 48 anos para as mulheres, exigindo-se também um tempo mínimo de contribuição.

Compromisso

Para diminuir essas disparidades, a reforma da Previdência representa um passo importante em direção à tese central exposta durante a campanha eleitoral no Programa de Governo do PT, que diz textualmente em sua página 24: “Essa profunda reformulação deve ter como objetivo a criação de um sistema básico universal, público, compulsório, para todos os trabalhadores brasileiros, do setor público e privado. O sistema deve ter caráter contributivo, com benefícios claramente estipulados e o valor do piso e do teto dos benefícios de aposentadoria claramente definidos”.

Nas próximas páginas, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, fala da importância das reformas para a retomada do crescimento, o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, comenta detalhes das medidas propostas e o presidente nacional do PT, José Genoino, fala da posição do partido. Além disso, conheça mais sobre a reforma tributária.

E S P E C I A L

Previdência visa justiça social

REGRAS DE TRANSIÇÃO ASSEGURAM DIREITOS DOS ATUAIS E FUTUROS APOSENTADOS DO SETOR PÚBLICO

A proposta de reforma da Previdência estabelece que, no futuro, os trabalhadores da iniciativa privada e os servidores públicos aprovados em concurso depois dessa medida terão direito, igualmente, a uma aposentadoria de no mínimo R\$ 240,00 e no máximo de R\$ 2.400,00, valores que serão corrigidos pela inflação.

Os servidores públicos que desejarem receber benefícios maiores terão de recorrer a fundos de pensão fechados, sem fins lucrativos. Os trabalhadores filiados ao INSS (setor privado) poderão continuar recorrendo à previdência complementar aberta e a fundos de pensão fechados.

No caso dos servidores públicos, foram definidas algumas regras de transição, levando-se em conta as diferentes situações do funcionalismo — além dos futuros servidores, que terão acesso ao novo sistema, há os servidores que estão hoje na ativa e, obviamente, os atuais aposentados.

Para os servidores da ativa, por exemplo, as medidas incluem a elevação da idade mínima para aposentar dos atuais 48 anos para mulheres e 53 anos para homens para, respectivamente, 55 e 60 anos. No entanto, está mantida a possibilidade de que, para aqueles que reúnem as condições necessárias, aposentar-se antes, mediante o desconto de 5% sobre o benefício para cada ano de antecipação.

Ainda em relação aos atu-

ais servidores, outra medida é a redução das pensões. Hoje, mulheres e filhas solteiras podem receber o valor integral da aposentadoria; depois da reforma, o valor atingiria até 70% do benefício.

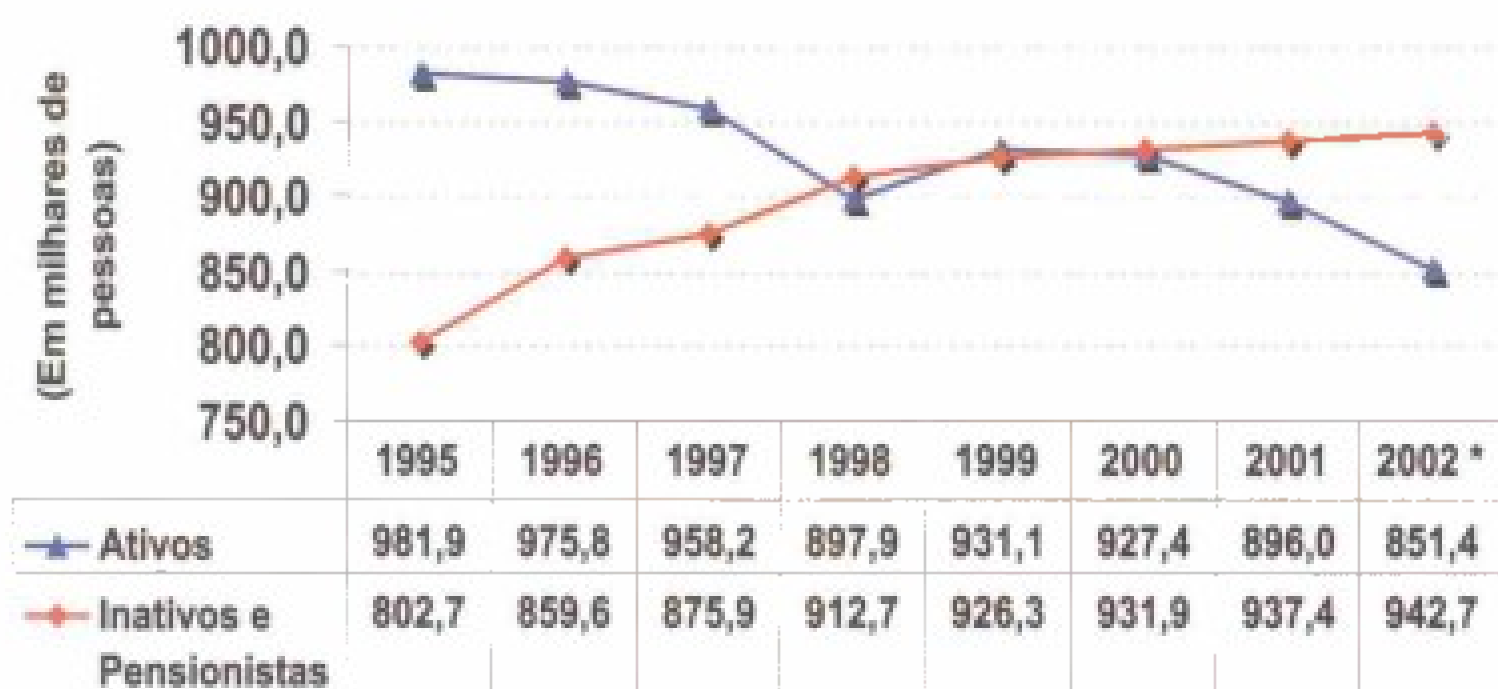
Outra medida proposta é a contribuição de 11% acima da faixa de isenção de R\$ 1.058 para os atuais aposentados do setor público. Por exemplo, quem recebe R\$ 1.200 vai contribuir com 11% apenas sobre R\$ 142 (a diferença entre o valor do benefício e a faixa de isenção). Ou seja, terá um desconto de apenas R\$ 15,62.

A contribuição dos inativos é uma medida de solidariedade e necessária nas circunstâncias atuais, porque a grande maioria dos aposentados do setor público, nas três esferas de governo, contribuiu com quantias módicas ou jamais contribuiu para que, conforme as regras hoje existentes, tenham direito a um benefício igual ao último salário da ativa. Este é, aliás, um dos motivos do déficit da Previdência do setor público.

Além disso, será proposto um teto para as aposentadorias dos atuais ativos e inativos. No plano federal, por exemplo, o valor máximo dos benefícios não poderá exceder o equivalente ao salário mais benefícios recebidos por um ministro do Supremo Tribunal Federal (R\$ 17.170,00). A medida permite subterfúgos nos Estados e municípios.

TOTAL DE INATIVOS E PENSIONISTAS SUPERA O DE SERVIDORES

Evolução do número de civis e militares na União, sem estatais e sociedades de economia mista



Fonte: Instituto Brasileiro de Pesquisas (IBGE) (2002/2003) (Elaboração: SP/IBGE) * Projeção em nov-2002

CONTRIBUIÇÃO DOS INATIVOS TERÁ FAIXA DE ISENÇÃO

Resultado preserva os salários mais baixos

	Valor da aposentadoria, em reais	Faixa de isenção	Parcela sujeita à tributação	Contribuição em reais	Contribuição sobre a aposentadoria
Exemplo 1	1.000,00	1.058,00	=	=	0,00%
Exemplo 2	1.200,00	1.058,00	142,00	15,62	1,30%
Exemplo 3	1.500,00	1.058,00	442,00	48,62	3,24%
Civis do Executivo*	2.272,00	1.058,00	1.214,00	133,54	5,88%
Militares*	4.265,00	1.058,00	3.207,00	352,77	8,27%
Legislativo*	7.900,00	1.058,00	6.842,00	752,62	9,53%
Judiciário*	8.027,00	1.058,00	6.969,00	766,59	9,55%
Ministério Público*	12.751,00	1.058,00	11.693,00	1.286,23	10,09%

* Valores médios reais, calculados em dados de dezembro de 2001 e novembro de 2002

REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE PROPORCIONAR INCLUSÃO

São mais de 18 milhões de pessoas sem proteção social

Situação	Contribuintes (A)	Excluídos (B)	Total (C)	Sem proteção (B/C)
Empregados	22.886.767	7.671.263	30.558.030	25,1%
Com carteira	21.464.289	-	21.464.289	0,0%
Sem carteira	1.422.478	7.671.263	9.093.741	84,4%
Trabalhadores domésticos	1.554.479	1.780.123	3.334.602	53,4%
Com carteira	1.443.737	-	1.443.737	0,0%
Sem carteira	110.742	1.780.123	1.890.865	94,1%
Por conta própria	2.219.627	8.222.945	10.442.572	78,7%
Empregadores	1.698.505	1.042.283	2.740.788	38,0%
Não remunerados	6.118	6.678	12.996	52,9%
Total	28.365.496	18.723.492	47.088.988	39,8%

Fonte: IBGE (2002/IBGE) (Elaboração: PT/IBGE) * Pessoas de 16 anos e 58 anos com renda mensal igual ou acima de R\$ 140,00 (R\$ 140,00 = 1 salário mínimo) e estatísticas do Censo Brasileiro que não recebem renda mensal de trabalho mas possuem outras fontes de renda

Visite a Lojinha do PT



- Relógios
- Canetas
- Livros
- Vídeos
- CDs
- e muito mais...

www.pt.org.br



Maioria apóia reformas, revela pesquisa do Ibope

As medidas da reforma da Previdência atingem um número muito pequeno de servidores públicos, enquanto podem beneficiar milhões de trabalhadores no país. Por essa razão, maioria da população brasileira está de acordo com as propostas, conforme indica pesquisa Ibope realizada no início de maio.

No levantamento, 78% dos entrevistados declararam ser favoráveis à reforma da Previdência — 15% não se manifestaram e apenas 7% disseram ser contra. Nos temas específicos, 78% aprovaram a elevação para R\$ 2.400,00 para o teto das aposentadorias do setor privado; 59% aprovaram a proposta de

contribuição dos atuais servidores públicos inativos; 53% aprovaram a proposta de redução das pensões; e 50% defenderam a elevação da idade mínima para aposentar dos atuais e futuros servidores.

De acordo com o levantamento, também há amplo apoio à reforma tributária: 68% afirmaram ser a favor e apenas 8% disseram ser contra. Outros 24% não se manifestaram. Foram entrevistadas 2.000 pessoas com mais de 16 anos em 144 municípios. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais.

Um estudo do Ministério da Previdência, feito com base em dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística), indica ainda que 54,3% da população negra, o equivalente a 8,5 milhões de pessoas, está fora do sistema previdenciário. Esse índice é dez pontos percentuais abaixo do da população branca e seis pontos percentuais abaixo que o da média nacional.

Isso ocorre porque 65,4% dos trabalhadores negros estão na informalidade e, assim, a menor participação no sistema previdenciário reflete a exclusão social a que estão submetidos. Ou seja, como as reformas pretendem facilitar as contratações com carteira, uma parcela desses trabalhadores poderá ser beneficiada com as medidas, que visam essencialmente à inclusão.

E S P E C I A L

Dirceu: Brasil voltará a crescer

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, afirma que as reformas são fundamentais para a retomada do crescimento da economia. Para ele, a aprovação das medidas que estão no Congresso e à reordenação do Estado brasileiro promovida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderão levar a um ciclo virtuoso na economia. "Essa é a agenda do Brasil", disse.

Em entrevista após o debate promovido pelo PT e a Fundação Perseu Abramo sobre a reforma da Previdência (leia texto abaixo), o ministro lembrou que a proposta de Lula e dos 27 governadores é coerente. "Veja, na Noruega, que é um país rico, a idade para aposentar é de 67 anos para os homens e também para as mulheres. A aposentadoria básica é de 45% do valor do último salário e a aposentadoria complementar, de até 80%", afirmou. Leia, a seguir, a íntegra:

Qual a importância das reformas da Previdência e tributária para o governo Lula?

As reformas são uma necessidade para o país e também um compromisso de campanha do presidente. A reforma da Previdência, além de fazer justiça social, tornará viável o sistema próprio dos servidores públicos, inclusive para as próximas gerações. Nós sabemos que, em alguns Estados, depois da folha de pagamento, não há hoje nem dinheiro para o custeio, que são as despesas comuns. A reforma tributária vai diminuir a sonegação, simplificar o sistema de impostos e torná-lo mais eficiente, além de acabar com a guerra fiscal entre os Estados, já que todos terão de praticar as mesmas alíquotas de ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, principal tributo cobrado nos Estados].

Há muita polêmica em torno da reforma da Previdência. O que ela representa de fato?

Como eu disse, a reforma da Previdência é uma questão de justiça social. A questão de mérito, de fundo, é a seguinte: no nível de riqueza e desenvolvimento que tem hoje, o Brasil pode ter a atual despesa com os aposentados e pensionistas do setor público? Em 2002 o governo federal, os Estados, o Distrito Federal e os municípios gastaram R\$ 39 bilhões com aposentadorias e pensões do setor público, para menos de 2,5 milhões de pessoas, considerando apenas a União e os Estados. Ao mesmo tempo nós temos 41 milhões de pessoas que estão excluídas do sistema de seguridade social como um todo. E, dos 21 milhões de pessoas que estão no regime geral do INSS [Instituto Nacional do Seguro Social, que reúne os trabalhadores da iniciativa privada e os trabalhadores rurais], a maior parte recebe apenas um salário mínimo. É justo isso? Não. Por isso estamos propondo mudanças principalmente no sistema próprio dos servidores públicos, com medidas que consideramos razoáveis.

Que medidas são essas?

As propostas são elevar em sete anos a idade mínima para aposentar, para 55 anos para as mulheres e 60 anos



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversa com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, durante cerimônia

O MINISTRO-CHEFE DA CASA CIVIL DIZ QUE REFORMAS SÃO A AGENDA DO PAÍS PARA RETOMAR O CRESCIMENTO E QUE CONFIANÇA NA APROVAÇÃO DAS MEDIDAS ATÉ OUTUBRO

para os homens; as pensões serão reduzidas de 100% para 70% do valor pago ao servidor titular; acaba a aposentadoria integral para os futuros servidores públicos, que passarão a receber um teto de R\$ 2.400,00 e poderão complementar esse valor contribuindo para fundos de pensão fechados, sem fins lucrativos e com participação dos servidores em sua gestão. Também vamos cobrar uma contribuição dos servidores públicos inativos, porque, em sua maioria, os atuais aposentados não contribuíram para ter os benefícios que recebem hoje. Mas é preciso ressaltar, como ficou claro na "Carta de Brasília", assinada pelo presidente Lula e pelos 27 governadores, que nós vamos fazer uma transição no sistema próprio dos servidores, para assegu-

rar os direitos adquiridos.

A taxa dos servidores inativos é um dos pontos mais polêmicos da proposta. Por quê?

É preciso deixar claro que, até 1993, os servidores públicos não contribuíam para a aposentadoria. Não é culpa dos servidores, mas resultado de um sistema mal planejado. O que estamos instituindo, portanto, é uma contribuição solidária, de forma que os atuais inativos colaborem com a manutenção do sistema, para garantir os benefícios deles próprios e, por que não, de seus filhos, que também podem ingressar no serviço público um dia. E hoje, ao se aposentar, o servidor na prática ganha um aumento — porque deixa de contribuir com os 11% para a Previdência. A proposta de reforma não muda

nada, por exemplo, para os 144 mil servidores civis aposentados do Executivo federal que recebem até R\$ 1.058. E é necessário dizer que, embora a alíquota seja de 11%, ninguém vai pagar esse percentual, porque estamos propondo essa faixa de isenção de R\$ 1.058 — na prática, a alíquota será, portanto, menor. A faixa de isenção faz ainda com que os salários mais baixos sejam preservados, e quem ganha mais vai pagar mais, o que é muito justo.

Não há na reforma da Previdência medidas para a aposentadoria dos trabalhadores do setor privado?

Estamos propondo a elevação do teto das aposentadorias do INSS de R\$ 1.561,56 para R\$ 2.400,00, mesmo patamar dos futuros servidores. Os trabalhadores

do setor privado que hoje estão na informalidade serão beneficiados com medidas que estão na reforma tributária, como a desoneração em 50% da folha de pagamento das empresas. Com isso, as empresas serão estimuladas a contratar com carteira assinada, permitindo que mais trabalhadores passem a contribuir para a Previdência e tenham direito à seguridade social. Hoje, são 41 milhões de pessoas sem nenhuma proteção social. Além disso, a reforma tributária reduz de 20% para 11% a contribuição previdenciária dos autônomos, de forma que eles também possam ingressar no regime geral do INSS.

O que mais está previsto na reforma tributária?

A reforma tributária traz alterações muito importantes

no ICMS, como a desoneração dos itens da cesta básica, a progressividade do imposto sobre heranças e doações, abre caminho para o fim da cumulatividade das contribuições sociais, além de criar mecanismos de desenvolvimento regional, por meio de um fundo próprio. Também estamos propondo um programa de renda mínima, a ser regulamentado depois. Mas não é só isso, é preciso levar em conta a reorganização que estamos fazendo no país, na administração pública como um todo.

Que reorganização é essa?

O presidente Lula encontrou o governo federal sucateado, com dívida pública, dólar e inflação nas alturas. Por isso tivemos de adotar medidas duras, como fazer um superávit primário maior e elevar os juros. É evidente que são medidas transitórias, que contribuem para recuperar a confiança no país. Ao mesmo tempo, estamos reorganizando tudo, da ação dos bancos públicos à política externa, da remodelação da infra-estrutura de energia, telecomunicações e transportes às exportações. Eu diria que, se nós avançarmos nas reformas, podemos com certeza reduzir a inflação e baixar muito os juros no país — e não estou falando da taxa básica, mas sim dos juros que se cobram das empresas e dos consumidores. Vamos acabar com todos os pretextos que hoje existem no sistema bancário para não reduzir os juros — de que não há garantias para emprestar, que a dívida pública é muito grande, que o déficit público está crescendo, que o governo não tem austeridade fiscal...

Seria o início de um ciclo virtuoso, de crescimento da economia?

Essa é a agenda do Brasil. O país precisa retomar o crescimento e o desenvolvimento, para isso precisa das reformas. A reforma da Previdência inclui a proposta de fundos de pensão complementares, que podem gerar recursos para investimentos. A reforma tributária que estamos propondo libera recursos para os Estados, algo em torno de 15%, que é exatamente o percentual que os governos estaduais precisam para investir em políticas públicas. E não serão apenas esses os investimentos públicos: no governo federal, estamos reorientando os recursos para os pequenos agricultores, para o microcrédito, para as pequenas empresas. Além de garantir os recursos para saúde e educação, vamos começar a investir em saneamento, em habitação, em infra-estrutura, nas rodovias, no Nordeste.

As reformas estão sendo discutidas no Congresso. Há possibilidades de mudanças em alguma das propostas?

O governo federal, como disse o presidente Lula, vai defender suas propostas nos partidos da base, no Congresso e na sociedade. Agora, é preciso ter clareza que o Congresso é um poder autônomo, que representa a sociedade brasileira, e é natural que se repactue as reformas lá. Estou confiante de que teremos maioria no Congresso e, até outubro, as propostas estejam aprovadas.



Dirigentes, parlamentares, sindicalistas e estudiosos participam, em São Paulo, de seminário sobre a reforma

Seminário reúne 900 pessoas em SP

O PT e a Fundação Perseu Abramo realizaram, nos dias 23 e 24 de maio, um debate sobre a Previdência Social no Brasil e a reforma apresentada ao Congresso, com a participação de parlamentares, sindicalistas e estudiosos. De acordo com Hamilton Pereira, presidente da fundação, cerca de 900 pessoas acompanharam o even-

to, realizado em um hotel em São Paulo. Outras 20 mil pessoas acompanham a transmissão dos debates ao vivo pela internet. A íntegra está disponível no Portal do PT.

Em entrevista, o presidente nacional do PT, José Genoino, disse que o partido saiu fortalecido dos dois dias do evento ao reforçar sua característica histórica do debate

democrático: "Que ninguém mais diga que o partido não é de fazer debate público".

"Conseguimos promover um debate democrático que não foi concebido para ser oficialista nem do contra. Reforçamos um debate que faz parte de nossa característica histórica", disse Genoino. Segundo ele, os membros do partido mostraram unidade ao

defenderem a concepção básica da proposta da reforma da Previdência entregue pelo governo ao Congresso.

No próximo mês de julho, será realizado outro evento semelhante, desta vez sobre política econômica e desenvolvimento. A realização dos debates foi decidida pelo Diretório Nacional em reunião realizada em março.

E S P E C I A L

Direito adquirido será respeitado

MINISTRO DA PREVIDÊNCIA AFIRMA QUE A REFORMA PROPOSTA AO CONGRESSO CONTÉM REGRAS DE TRANSIÇÃO

O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, comenta nesta entrevista os principais pontos da reforma da Previdência. Leia a íntegra:

De que maneira a reforma da Previdência poderá representar inclusão social e contribuir para a criação de empregos?

A reforma tem como objetivo garantir direitos que hoje são incompatíveis com as regras de financiamento e dar justiça social ao uso de recursos do Orçamento para que o dinheiro público, que é de todos os brasileiros, possa propiciar maior acesso aos direitos básicos de cidadania, como saúde, moradia, alimentação e educação. A reforma é uma necessidade orçamentária e previdenciária do país. E também sabemos que é uma entre tantas medidas que precisam ser tomadas em nosso país. Sem elas, a vida de milhões de pessoas continuará sendo muito difícil, pois o Orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios prosseguirá com muitas limitações. Quem exige as mudanças são brasileiros comuns, que ainda não tiveram acesso a direitos básicos, como o de fazer três refeições por dia e ter moradia digna, saúde de qualidade e educação para seus filhos. O aumento do teto do INSS [Instituto Nacional do Seguro Social] aumenta a proteção dos trabalhadores que, de cer-

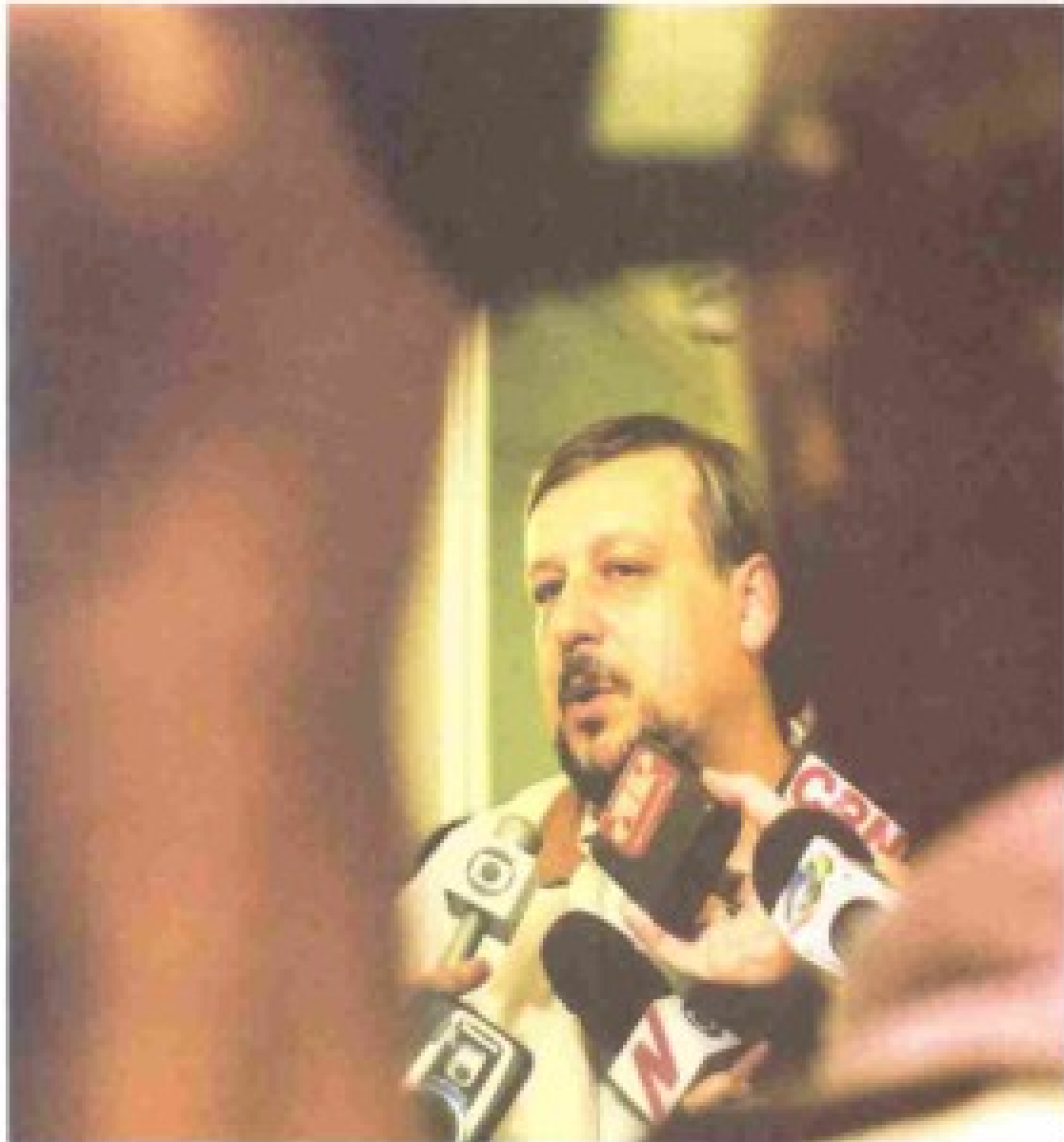
ta forma, já estão incluídos. Mas é, com certeza, uma medida importante nessa direção. A reforma tributária prevê o estímulo à contratação formal de mão-de-obra, por meio da redução dos encargos sobre a folha de pagamento.

Por que é necessária a taxação dos inativos do serviço público?

Porque o governo entende que essa é uma questão de justiça social e de respeito ao caráter contributivo e solidário do sistema previdenciário dos servidores. É um tema que gerou muita polêmica nos últimos anos, muitas vezes por desinformação e falta de diálogo. Por isso, é importante ter clareza sobre a natureza do direito previdenciário. Quem contribui não o faz apenas para a aposentadoria, pois o sistema envolve pensão por morte, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-acidente e auxílio-reclusão, entre outros benefícios. Além disso, o sistema deve manter a renda do aposentado o mais próximo possível da sua renda na atividade. Não faz sentido que ele receba mais ao se aposentar. Vale lembrar ainda que os militares já contribuem para pensões quando vão para a reserva ou são reformados.

Por que foi proposta a elevação da idade para aposentar e novas regras no caso dos servidores que anteciparem a aposentadoria?

Porque há uma grande diferença entre os dois sistemas



O ministro Ricardo Berzoini é entrevistado ao chegar a seminário promovido pelo PT

de previdência hoje existentes no país. Um deles, administrado pelo INSS, serve aos trabalhadores do setor privado, das empresas públicas e de algumas prefeituras. As contribuições de patrões e empregados cobrem 81% das despesas com pagamento de benefícios (entre as empresas e trabalhadores urbanos esse índice chega a 96%). Pagando ao menos um salário mínimo para 12 milhões de brasi-

leiros, o regime do INSS reveste-se de forte caráter de inclusão social. O outro sistema, que serve aos funcionários públicos, contabiliza arrecadação média de apenas 36% dos gastos, consideradas as contribuições de servidores e da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios na base de duas vezes a contribuição do servidor.

Por que os servidores que atendem às atuais regras não devem acelerar a aposentadoria?

Porque o governo propôs uma mudança na Constituição que tornará muito mais atrativa a remuneração do servidor que já tem condições de se aposentar e ainda não exerceu esse direito. Quem tomar decisões apressadas e não refletir sobre as mudanças corre o risco de perder dinheiro. A reforma vai dar isenção

da contribuição previdenciária, na forma de um abono permanência, até o limite de 70 anos, para quem tiver direito à aposentadoria integral e optar por ficar na ativa. Como a reforma prevê a contribuição de inativos, quem se aposentar logo vai perder o direito a usufruir dessa isenção, além de perder a chance de progressão na carreira e na remuneração. Além disso, é importante lembrar que aqueles que já cumpriram os atuais requisitos para aposentadoria têm direito adquirido e isso será respeitado. Mas se o servidor preferir continuar trabalhando, porque está muito envolvido com algum projeto ou por outra razão, receberá um incentivo para isso.

De que maneira a reforma da Previdência poderá repercutir na valorização dos servidores?

De duas formas. Em primeiro lugar, ao tratar o regime de Previdência hoje existente com seriedade e transparência, mostrando que as mudanças propostas são importantes para que seja possível garantir a aposentadoria de todos a médio e longo prazos. Mas as novas regras também favorecem os servidores de carreira, que dedicaram sua vida profissional ao Estado. As fórmulas de cálculo de aposentadorias, que ainda serão definidas, deverão recompensar essa dedicação ao serviço público. Para os futuros servidores, a criação de fundos de pensão fechados e sem fins lucrativos permitirá que eles participem da gestão de sua poupança previdenciária, acompanhando e fiscalizando a aplicação dos recursos.

Quais medidas estão sendo tomadas para reduzir a sonegação?

O ministério já reforçou e ampliou as "forças-tarefa", união entre o Ministério Público, a Polícia Federal e o INSS, para combater a corrupção e as fraudes contra a Previdência. Além disso, firmou convênio com a Receita Federal para fiscalizar de maneira rigorosa as 350 maiores entidades filantrópicas e eliminar as distorções.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu o caminho para profundas mudanças nas relações entre a União, os Estados e os municípios. E o mais importante é que, em quatro meses de governo, Lula demonstrou muita determinação para mudar o Brasil. E de maneira democrática, porque ouviu os governadores. O que o presidente está propondo é possível e necessário, e estou confiante de que ele vai ter o apoio necessário no Congresso.

JORGE VIANA,
governador do Acre



O Brasil do governo Lula está no caminho certo. A reforma da Previdência vai garantir impactos positivos, possibilitando a queda de juros e estimulando o crescimento econômico. Na reforma tributária, o governo vai assegurar mecanismos que permitirão uma melhor distribuição de renda e o fim da sonegação fiscal, desonerando a folha de pagamentos e, ao mesmo tempo, assegurando o desenvolvimento do país com mais recursos para investimentos. Como governador, identifiquei em todos esses esforços do presidente Lula um foco do trabalho que tem a marca do PT: a luta pela erradicação da pobreza. Isto é a razão de tudo!
WELLINGTON DIAS,
governador do Piauí



Estamos muito próximos de superar um grande desafio, que por muito tempo foi um sonho até elegermos Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência. Nesse contexto, é muito importante a aprovação das reformas tributária e da Previdência. Não podemos mais conviver com o atraso, as desigualdades regionais e um sistema previdenciário ultrapassado e oneroso como o atual. Se Lula tiver o apoio do Congresso, como tenho certeza que ele terá, as reformas vão significar muito para mudar o quadro de miséria no país. Elas darão condições não apenas ao governo Lula, mas aos Estados, de promover o crescimento econômico, multiplicar oportunidades e, principalmente, combater a exclusão.
ZECA DO PT,
governador de Mato Grosso do Sul

www.pt.org.br



Portal do PT

Prêmio I-Beat 2003 como o melhor site de política da Internet brasileira, na categoria Juri Popular



Notícias em tempo real, o dia-a-dia do partido, dos governos petistas e dos movimentos sociais. Cadastre-se pela Internet e receba diariamente o boletim eletrônico Linha Aberta, com os destaques do portal



As reformas encaminhadas ao Congresso trazem no seu contexto o desejo pela modernização e otimização da máquina pública, no campo da Previdência, da formação de uma consciência mais respeitosa pelo bem público. Tais pensamentos garantem uma nova visão e uma nova perspectiva para o Brasil, em que diversas injustiças possam ser corrigidas e os desencontros possam ser acertados. É necessário que superemos todos os obstáculos, como também quebreemos todos os paradigmas. Somos os agentes de uma mudança esperançosa e não podemos de forma alguma deixar de lado as nossas responsabilidades e o compromisso com o crescimento racional de nosso país.
FLAMARION PORTELA,
governador de Roraima

E S P E C I A L

PT mantém posições históricas

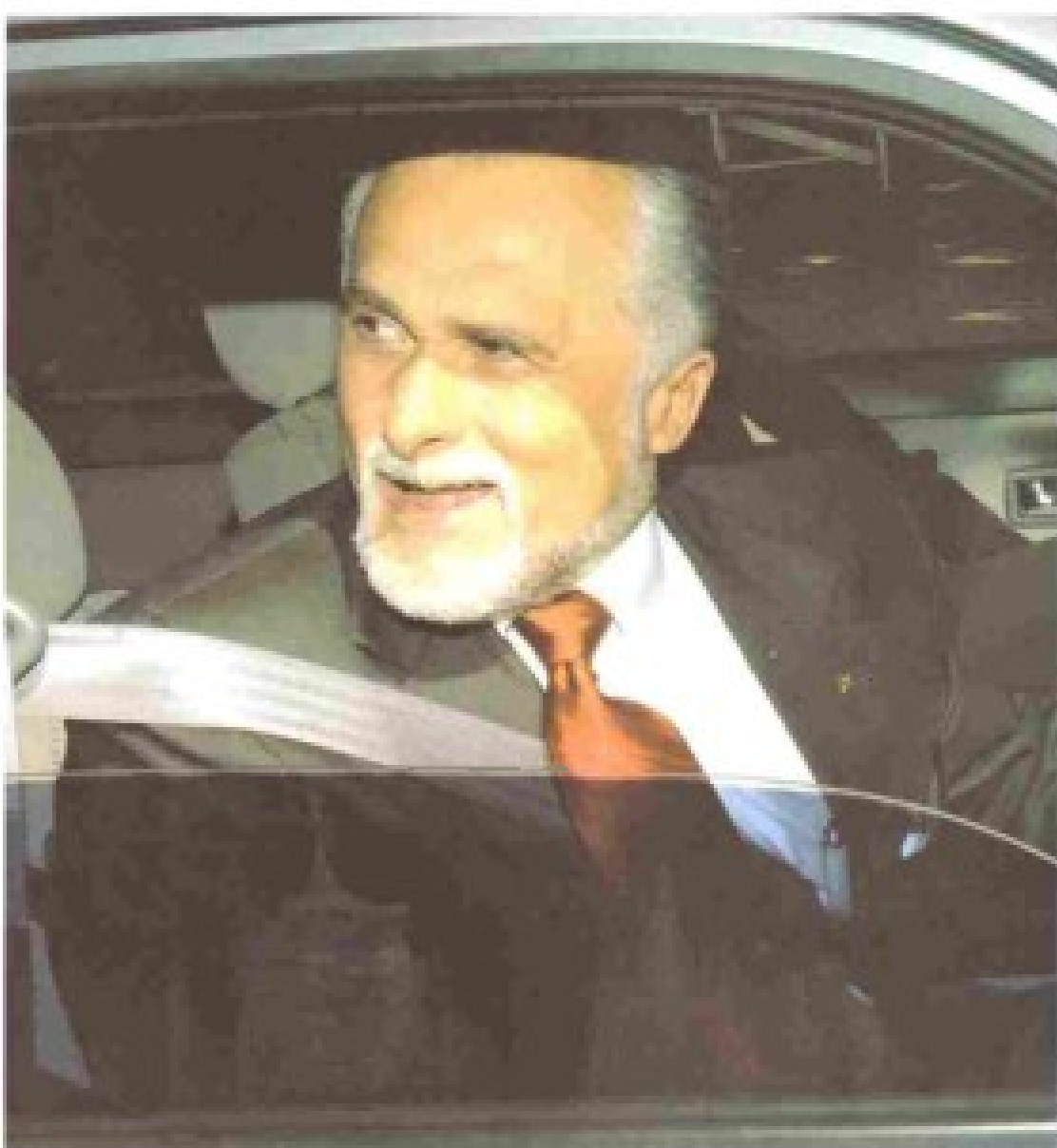
A reforma da Previdência que está em debate impõe uma responsabilidade ética e, sobretudo, uma responsabilidade moral do PT ao projeto de um Brasil para todos, que norteia as nossas ações enquanto governo e partido. O governo que nós elegemos quer incluir ao longo dos próximos anos 41 milhões de brasileiros que não têm qualquer tipo de cobertura previdenciária. A intenção é garantir o acesso a esses direitos para a maioria e, ao mesmo tempo, respeitar os trabalhadores do poder público que construíram suas conquistas, mas que não podem virar as costas para o sentimento de solidariedade do qual partilha a construção de um novo Brasil.

TIÃO VIANA,
líder do PT no Senado



As reformas não são para prejudicar servidores e nem retirar direitos. São reformas a serem adotadas no interesse maior do Brasil. A estabilização macroeconômica sustentável vai beneficiar a todos os brasileiros, inclusive aqueles mais despossuídos. Nos debates no Congresso, é possível que surjam alternativas ao projeto apresentado pelo governo, mas o importante é manter os objetivos das reformas. A bancada do PT está discutindo as propostas, mas vai chegar um momento em que teremos de fechar posição, conforme resolução da Executiva Nacional, e votaremos com o governo. Se não houver consenso absoluto, haverá consenso majoritário.

NELSON PELLEGRINO,
líder do PT na Câmara



O presidente nacional do PT, José Genoino, ao deixar reunião no Palácio do Planalto

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

46. Um dos maiores desafios políticos e administrativos do futuro governo é o equacionamento da questão previdenciária. Para dar conta desse desafio, é necessário um conjunto de iniciativas de curto, médio e longo prazos, para construir soluções estruturais, capazes de permitir que a presente e as futuras gerações de brasileiros possam estar plenamente conscientes e relativamente tranquilas quanto aos direitos que poderão usufruir após o término de uma longa dedicação de vida laboral. Essa profunda reformulação deve ter como objetivo a criação de um sistema previdenciário básico universal, público, compulsório, para todos os trabalhadores brasileiros, do setor público e privado. O sistema deve ter caráter contributivo, com benefícios claramente estipulados e o valor do piso e do teto de benefícios de aposentadoria claramente definido. A gestão deve ser democrática, a cargo de um órgão quadripartite, incluindo representantes do Estado, dos trabalhadores da ativa, dos aposentados e dos empresários, conforme já prevê a Constituição Federal, mas que o atual governo não respeitou.

24

Trecho do Programa de Governo da campanha presidencial de 2002



JOSÉ GENOINO AFIRMA QUE A PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA CONTEMPLA COMPROMISSOS DO PARTIDO

O presidente nacional do PT, José Genoino, responde nesta entrevista às principais questões formuladas por filiados e militantes, por meio de inúmeras mensagens eletrônicas enviadas ao partido desde a apresentação da reforma da Previdência ao Congresso Nacional. Ele destaca que muitas das medidas já foram aprovadas pelo PT e constam de documentos do partido. Confira a íntegra:

O funcionalismo público é o vilão da Previdência?

Não é. As "vilãs" da Previdência são as altas aposentadorias pagas pelo sistema e isto não é culpa do servidor, os responsáveis são os governos anteriores que estabeleceram regras possibilitando privilégios. Muita gente não sabe, mas os funcionários públicos passaram a contribuir para fins de aposentadoria somente em 1993. Antes disso, contribuíam somente para terem direito às pensões, recebidas pelas famílias em caso de morte do servidor. Quem pagava a conta da aposentadoria, integralmente, era a União, com o recolhimento de impostos.

Quem ou o quê, então, dá prejuízo à Previdência?

O que dá prejuízo à Previdência é a terrível diferença entre a contribuição arrecadada e os benefícios pagos pelo Estado, além do desvio e a corrupção. No sistema privado, o INSS arrecada R\$ 71 bilhões e gasta R\$ 88 bilhões. Já no setor público, o governo arrecada R\$ 22 bilhões e gasta R\$ 61 bilhões.

Qual a diferença entre a reforma da Previdência discutida no governo FHC e a que está hoje no Congresso?

Estamos propondo uma aposentadoria para todos, com piso de R\$ 240,00 e teto de R\$ 2.400,00. O trabalhador também poderá optar por fundos de pensão. No caso do funcionalismo público, por exemplo, a proposta é de que sejam fundos fechados e sem fins lucrativos, administrados por trabalhadores e pelo Estado, nos moldes da Previ e do fundo da Petrobras. A reforma do governo FHC não estabelecia valores, taxava inativos de forma linear e propunha fundos de pensão sem a regulamentação que o projeto atual prevê.

Porque o PT se opôs à reforma da Previdência no governo de FHC?

A grande divergência do PT com o governo FHC era a visão em relação ao sistema de Previdência. O governo anterior não previa a universalização, isto é, piso e teto igual para todos.

E em relação à taxação dos inativos?

O PT discordou da proposta de FHC porque o piso proposto para a taxação dos inativos era de cerca de R\$ 500,00. A partir deste valor, o governo pretendia descontar a contribuição para a Previdência de todos os aposentados. Na reforma que estamos propondo, há a faixa de isenção, que vai até R\$ 1.058,00, e desta maneira quem ganha menos terá os seus benefícios preservados. É preciso observar que, na ativa, os funci-

onários públicos têm seus salários taxados, de modo geral, em 11% para contribuição previdenciária e, quando se aposentam, passam a receber mais do que quando trabalhavam. Com a cobrança como inativo, o servidor público manterá o mesmo rendimento de quando estava na ativa.

Quais os compromissos do PT em relação à reforma da Previdência?

Assumimos três compromissos básicos, que são históricos no PT. Em primeiro lugar, desde 1995 defendemos uma previdência pública, universal, com piso e teto, o que está registrado em um documento do partido. Outro compromisso histórico é com a implantação de um programa de previdência complementar, fechado, de capitalização, administrada pelos trabalhadores e pelo governo. O terceiro ponto é a garantia da gestão democrática da Previdência. O PT também tem uma posição em relação a cobrança dos inativos, que é a de não cobrar daqueles que estão no INSS. Essas questões constam de documentos do PT, como a última resolução aprovada pelo Diretório Nacional.

Qual a diferença entre o discurso do PT no governo em relação à reforma da Previdência e o que era feito durante a campanha?

Não existe diferença. O presidente Lula defendeu as reformas durante a campanha e isto pode ser conferido no Programa de Governo disponível para todos no Portal do PT (www.pt.org.br). A diferença hoje é uma pressão dos setores que serão afetados pela reforma, daqueles que deixarão de ser privilegiados.

Como o PT está tratando os outros problemas do sistema previdenciário?

O governo está cobrando os devedores, montando um trabalho para combater a sonegação e mudando superintendências. O ministério divulgou recentemente a lista dos devedores e está negociando com todos. O grande problema não é dever para o INSS, mas sim o que fazer para cobrar e negociar a dívida destas empresas. É isto que o nosso governo está fazendo.

Mudou o discurso do PT em relação aos direitos dos trabalhadores e os deveres do Estado?

Não. Os direitos do cidadão são universais, os privilégios não. A reforma prevê uma contribuição solidária, para garantir universalmente os direitos dos trabalhadores. É preciso que tenhamos clareza de que, se não forem realizadas alterações profundas na máquina do Estado, as futuras gerações terão apenas deveres e poucos direitos poderão ser assegurados.

Qual a opinião do PT a respeito do funcionalismo?

O funcionário público é servidor do público, não do governo. Seu diferencial está exatamente aí, ele atende ao país, por isso tem estabilidade e não está sujeito às mudanças políticas. O PT defende a valorização do funcionalismo, o estímulo à carreira e a negociação de um cronograma de aumento salarial.

Executiva instala comissão de ética

A Comissão Executiva Nacional decidiu no dia 12 de maio instalar a Comissão Nacional de Ética e Disciplina para analisar a conduta da senadora Heloisa Helena (AL) e dos deputados federais João Batista de Araújo (PA), o Bahá, e Luciana Genro (RS).

"A Comissão Executiva Nacional propôs um acordo aos parlamentares, para que eles assumissem o compromisso de votar com as bancadas e evitassem a comissão de ética. Eles vinham insistentemente declarando que não votariam. E se a decisão prévia deles é não votar, significa que o debate e a deliberação partidária não valem nada", disse Genoino, lembrando que os parlamentares recusaram a proposta. Segundo ele, outros três acordos feitos antes com eles não foram cumpridos.

"A comissão de ética vai analisar atos de indisciplina partidária que são todos públi-

cos", afirmou Genoino, que também descartou que a decisão da CEN tenha algum caráter preventivo ou de julgamento. "A comissão de ética não é um órgão de julgamento, apenas dá um parecer que será analisado pelo Diretório Nacional", disse. As sanções podem ir de uma simples advertência até o desligamento. A decisão caberá ao DN.

De acordo com a resolução da CEN, a instalação da comissão de ética segue o Estatuto do PT especificamente nos seguintes itens:

Art. 202. As Comissões de Ética e Disciplina são órgãos de cooperação política dos Diretórios correspondentes e suas funções não terão, portanto, cunho policial ou judicial. Visam, sobretudo, cooperar na avaliação dos problemas políticos envolvidos em questões de ética e disciplina partidária, reunindo ele-

mentos pertinentes.

Art. 203. As Comissões de Ética e Disciplina devem se preocupar sempre em contribuir prioritariamente para a superação das divergências políticas surgidas nos casos que lhes forem encaminhados, no intuito de preservar a unidade e a integridade partidárias, bem como as relações de fraternidade, urbanidade e respeito entre os filiados.

De acordo com Genoino, articulistas da imprensa e intelectuais que passaram a acusar o PT por suposto procedimento autoritário cometeram um enorme equívoco e uma injustiça contra o PT. "Em primeiro lugar, porque o Estatuto do PT garante pleno direito de opinião. Em segundo lugar, porque a Comissão de Ética e Disciplina não avaliará as opiniões emitidas pelos parlamentares e, sim, seus atos, suas ações, de sistemá-

tica oposição às deliberações do partido e do governo", afirmou o presidente do partido.

E concluiu: "Em terceiro lugar, ao contrário do que os críticos dizem, os parlamentares não serão avaliados por sua oposição à taxação dos inativos — tema sobre o qual o PT ainda não tem uma decisão. Serão avaliadas precisamente suas condutas em relação às decisões do partido e suas posturas de sistemática oposição ao governo".

Presentes à reunião da CEN que determinou a instalação da comissão de ética, cada um dos três parlamentares pôde falar por 15 minutos em sua defesa. Na saída, Heloisa Helena disse acreditar que não haverá expulsões, Bahá afirmou que seu histórico como sindicalista justifica suas divergências com as reformas e Luciana declarou que considerava inaceitável a decisão da Executiva.

E S P E C I A L

Reforma prevê o renda mínima

MUDANÇA NO ATUAL SISTEMA TRIBUTÁRIO PREVÊ A CRIAÇÃO DE UM BENEFÍCIO SOLIDÁRIO PAGO AOS MAIS POBRES

A proposta de reforma tributária apresentada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os 27 governadores inclui artigo que estabelece um programa nacional de renda mínima, projeto defendido desde o início dos anos 90 pelo senador petista Eduardo Suplicy (SP). A medida, que também visa proporcionar inclusão social, terá de ser regulamentada por meio de lei complementar, mas envolverá recursos da União, dos Estados e dos municípios.

As modificações estão baseadas em razões econômicas, dado que a legislação atual dificulta a eficiência econômica, e de justiça fiscal, devido à elevada regressividade do atual modelo tributário em vigor — isto é, os mais pobres pagam proporcionalmente à sua renda mais impostos que os mais ricos.

A proposta prevê alterações no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), principal tributo cobrado pelos Estados, entre as quais a unificação de alíquotas. Um dos objetivos com isso é reduzir a "guerra fiscal" hoje existente, por meio da qual os Estados disputam investimentos oferecendo vantagens às empresas. O desenvolvimento regional seria promovido pelo governo

federal com fundo específico.

Também se pretende solucionar a questão da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), que foi instituída com caráter temporário mas vem sendo prorrogada de tempo em tempo. A ideia é que esse tributo tenha no futuro uma alíquota simbólica e exista apenas para auxiliar no controle da sonegação.

Outras medidas incluem mudanças que visam desonerar as exportações — reduzindo, por exemplo, a cumulatividade de alguns impostos —, de forma a tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional. Está prevista ainda a instituição de tributos sobre heranças, que atingiriam essencialmente as pessoas mais ricas.

A reforma tributária deverá ter impactos também sobre os empregos, porque contém itens que visam estimular a contratação formal de trabalhadores. Outro reflexo será sobre o sistema previdenciário, pois mudanças propostas nas contribuições, aliadas ao aumento dos trabalhadores com carteira assinada, significarão inclusão social e devem assegurar o direito à aposentadoria a milhões de pessoas que, hoje, não têm nenhuma proteção social.



O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e deputados debatem a reforma em programa da TV Câmara



O senador Eduardo Suplicy, durante seminário em SP

A proposta de reforma tributária tem em seu bojo a instituição de um Programa de Garantia de Renda Mínima para todos os brasileiros e seu financiamento será realizado solidariamente pela União, Estados e municípios. Essa proposição está em sintonia com o Programa de Garantia de Renda Mínima, de minha autoria, que foi aprovado pelo Senado em 1991 e que está tramitando na Câmara. Esse projeto institui que toda a pessoa de 25 anos ou mais, que

não receba o equivalente hoje a cerca de R\$ 500, terá o direito de receber 30%, ou até 50%, da diferença entre aquela quantia e a renda da pessoa. A proposta também está em harmonia com projeto aprovado pelo Senado em 2002 que institui uma renda de cidadania para todos os brasileiros, a ser implementada por etapas, iniciando-se pelos mais necessitados.

EDUARDO SUPlicy, senador

O maior partido de **esquerda** do país
elege o **presidente** com a maior

votação da história do

Brasil

Acompanhe agora
a atuação do PT no
governo federal, nos Estados e
nos municípios.
Assine o PT Notícias
e fique bem informado

PT **NOTÍCIAS** **assinatura**

O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT. No site, os internautas têm uma pequena amostra da edição do jornal, já que a mesma é distribuída por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

☐ 1) **Cheque nominal** à Editora Fundação Perseu Abramo.

☐ 2) **Depósito bancário** nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (fornecer uma nota de depósito e o comprovante de depósito)

☐ 3) **Cobrança bancária.**

☐ 4) **Cartão de crédito:**
☐ Visa ☐ Mastercard ☐ Diners
 Número do cartão: _____
 Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

☐ Sim, eu quero assinar o PT Notícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Te _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

Filado(a) ao PT: ☐ Sim ☐ Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo - SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PT **notícias**

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Genro

SECRETÁRIO NACIONAL

DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte

Ana Ribeiro (assessora)

EDIÇÃO

Ralph Machado - MTB 21.131

REDAÇÃO

Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert

e Walter Venilton.

DIAGRAMAÇÃO

Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Zampogna

FOTOS

Agência Brasil,
Agência Popular de Notícias,
Helosa Ballarín
e Rossana Lana

SEDE

Rua Silveira Martins, 32,
São Paulo, SP, CEP 01019-000

Tel.: (11) 3243-1313

Fax: (11) 3243-1349

E-mail: ptvot@pt.org.br

Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 350.000 exemplares

Fotolitos: Neo Gral. Impressão: Bangraf